

Dornelles quer negociar com respaldo do Congresso

por Cláudia Safatle
de Brasília

— “Não quero assumir nada sozinho.” Essa nova postura do ministro da Fazenda, Francisco Dornelles, foi transmitida por ele próprio ao líder do governo na Câmara, Pimenta da Veiga, e aos demais vice-líderes Darcy Passos (SP), Henrique Alves (RN), Genivaldo Corrêa (BA) e Luis Henrique (SC), que almoçaram ontem com o ministro, na sede do Ministério da Fazenda.

Aos parlamentares, Dornelles anunciou que uma missão técnica do Fundo Monetário Internacional (FMI) virá a Brasília nos primeiros dias de abril, para iniciar o levantamento de dados necessários à montagem de um novo acordo, que somente deverá estar concluído em maio. O ministro adiantou,

assim, que deseja “respaldo e recomendação do Congresso Nacional” para efetuar a renegociação da dívida externa brasileira tanto com o FMI quanto com os bancos credores internacionais, e acha que, até por inteligência, a postura mais acertada é dividir as responsabilidades com a sociedade, ouvindo o Congresso Nacional.

Este novo formato do processo decisório, que inaugura a Nova República, está baseado na idéia da “transparência”, como disse o ministro aos parlamentares, segundo relato do deputado Darcy Passos. E tal “transparência” será aplicada em cada medida da área econômica, como pretende Dornelles. Desta forma, como exemplificou Pimenta da Veiga ao repórter Márcio Chaer, “em números aproximados, temos de pagar US\$ 50 bilhões em cinco anos. E nós não temos isso”. E o ministro da Fazenda teria retrucado aos parlamentares: “Eu não quero assumir sozinho a responsabilidade. Quero que o partido participe disso e que a sociedade defina os rumos”.

PARTICIPAÇÃO

A participação do Congresso Nacional não se ataria às questões ligadas à renegociação da dívida externa brasileira, mas abrangeria todas as decisões de política econômica que envolvam o Poder Executivo, de modo que o Legislativo defina de onde retirar os Cr\$ 10 trilhões necessárias para atender à demanda do setor agrícola neste ano, se com mais emissão de moeda, com mais impostos, endividamento do Tesouro Nacional

ou com corte de outras despesas, como, por exemplo, os Cr\$ 4 trilhões que deverão ser gastos com o subsídio ao trigo neste ano.

Nessa trilha, o ministro da Fazenda já decidiu que divulgará, mensalmente, todos os gastos realizados pelo governo nas empresas estatais, como de onde que saíram os recursos e em que foram aplicados, para que a sociedade possa ter um perfeito controle dos gastos públicos. “É indispensável que, de agora em diante, a sociedade saiba onde está sendo aplicado cada tostão”, disse Dornelles aos parlamentares, que ontem tiveram o segundo encontro com o ministro da Fazenda (o primeiro ocorreu dois dias antes de sua posse) e saíram com “a melhor das impressões”, avaliou Darcy Passos.

MISSÃO

A missão do Fundo Monetário Internacional (FMI), que desembarca em Brasília nos primeiros dias de abril, será estritamente técnica, e a participação dos ministros na renegociação de um acordo mais realista será resguardada para “os momentos mais críticos”, como disse Pimenta da Veiga, possivelmente para o mês seguinte, maio, quando poderá ser iniciada a armação da nova carta de intenção do Brasil ao FMI.

Este primeiro cronograma para a retomada das negociações na área externa foi acertado no último sábado, no Rio de Janeiro, quando os ministros da Fazenda e do Planejamento, João Sayad, estiveram reservadamente com o representante do Brasil no FMI, Alexandre Kafka.